

OS WAIMIRI ATROARI



QUEM SÃO OS PRIMEIROS CONTATOS.

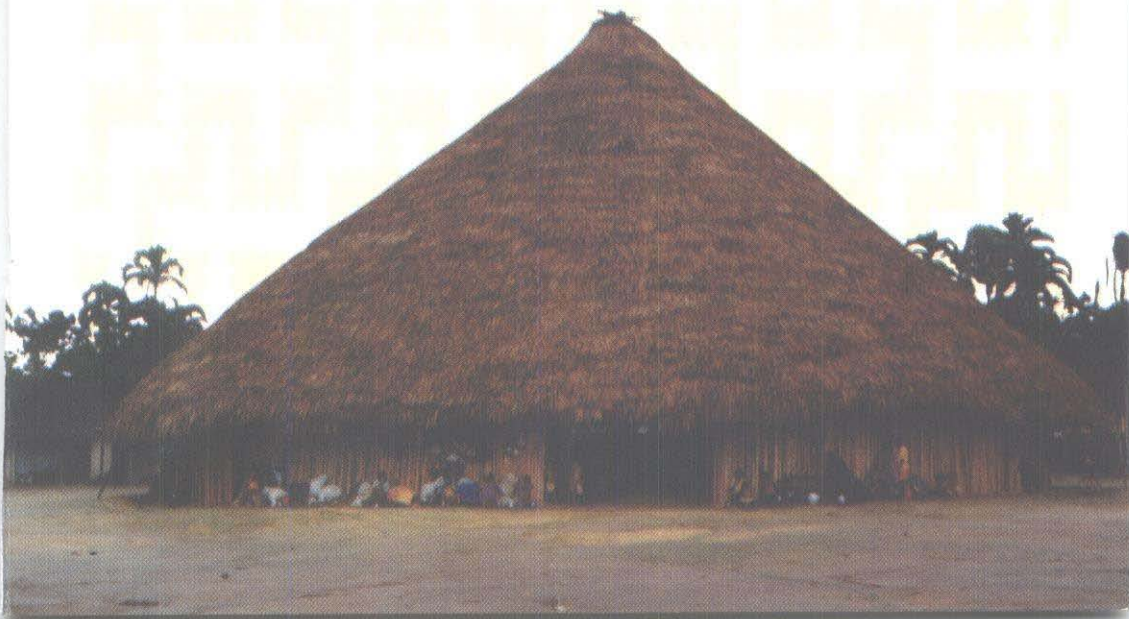
São uma etnia do tronco lingüístico Karib, cujo território imemorial de ocupação se localiza nas atuais Regiões Sul do Estado de Roraima e Norte do Amazonas.

Eram mais conhecidos como Crichanás, quando segmentos expansionistas da sociedade envolvente brasileira travaram seus primeiros contatos com eles, sobretudo a partir do Século XIX.

Nos primórdios desses contatos, houve duas estimativas censitárias sobre sua população: uma que os dava como sendo seis mil pessoas; e a outra, em torno de duas mil.

Suas terras eram pródigas em produtos de grande importância comercial para a época, atraindo assim a cobiça de colonizadores que subiram pioneiramente pelos rios Negro, Branco e Jauaperi.

Os contatos iniciais ocorreram nas atuais cidades de Moura e Airão, de forma quase sempre belicosa, com o apoio inclusive de forças militares coloniais.



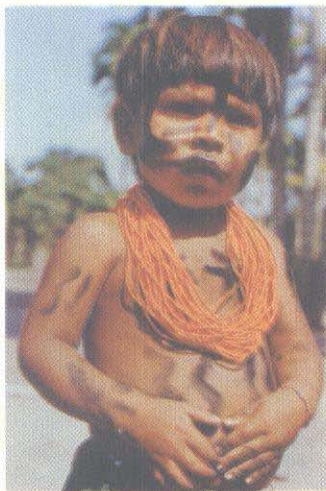


Aldeias inteiras foram dizimadas por expedições militares ou por matadores profissionais, porque sua população era tida como empecilho à livre exploração das riquezas naturais existentes nas terras que ocupavam.

Só por volta de 1870 é que se manteve com eles o primeiro contato amistoso, por intermédio do etnógrafo e botânico João Barbosa Rodrigues.

Por várias vezes, já neste século, suas terras foram objeto de ofensivas de esbulho e de abertura a todo transe para empreendimentos que atendessem aos interesses econômicos da sociedade nacional.

Na década de 1960 iniciaram-se, por parte da Fundação Nacional do Índio - órgão indigenista oficial -, os trabalhos da Frente de Atração e Contato dos Waimiri Atroari, desencadeando-se um processo de contato tão irreversível quanto vertiginoso, através do qual uma boa parte de sua população teve, forçosamente, de se ver às voltas com o implacável expansionismo social e econômico da sociedade brasileira, impulsionado pelo ufanismo que se criou durante o chamado “milagre econômico”, alardeado pelo então governo militar brasileiro como uma era em que as políticas públicas deviam se voltar para o progresso e a integração nacional.





A intensificação do contato da sociedade nacional com os Waimiri Atroari acarretou-lhes, por essa época, conseqüências dramáticas, em termos de depopulação provocada por choques armados e surtos epidêmicos de doenças

exógenas que debilitaram toda sua população, a ponto de as pessoas em idade produtiva não poderem mais caçar, pescar nem cultivar roças, fato que acabou por redundar num grave estado de inanição e desagregação social em várias de suas aldeias.

Em 1974, a população sobrevivente contava em torno de 350 pessoas, a maioria crianças e adolescentes.

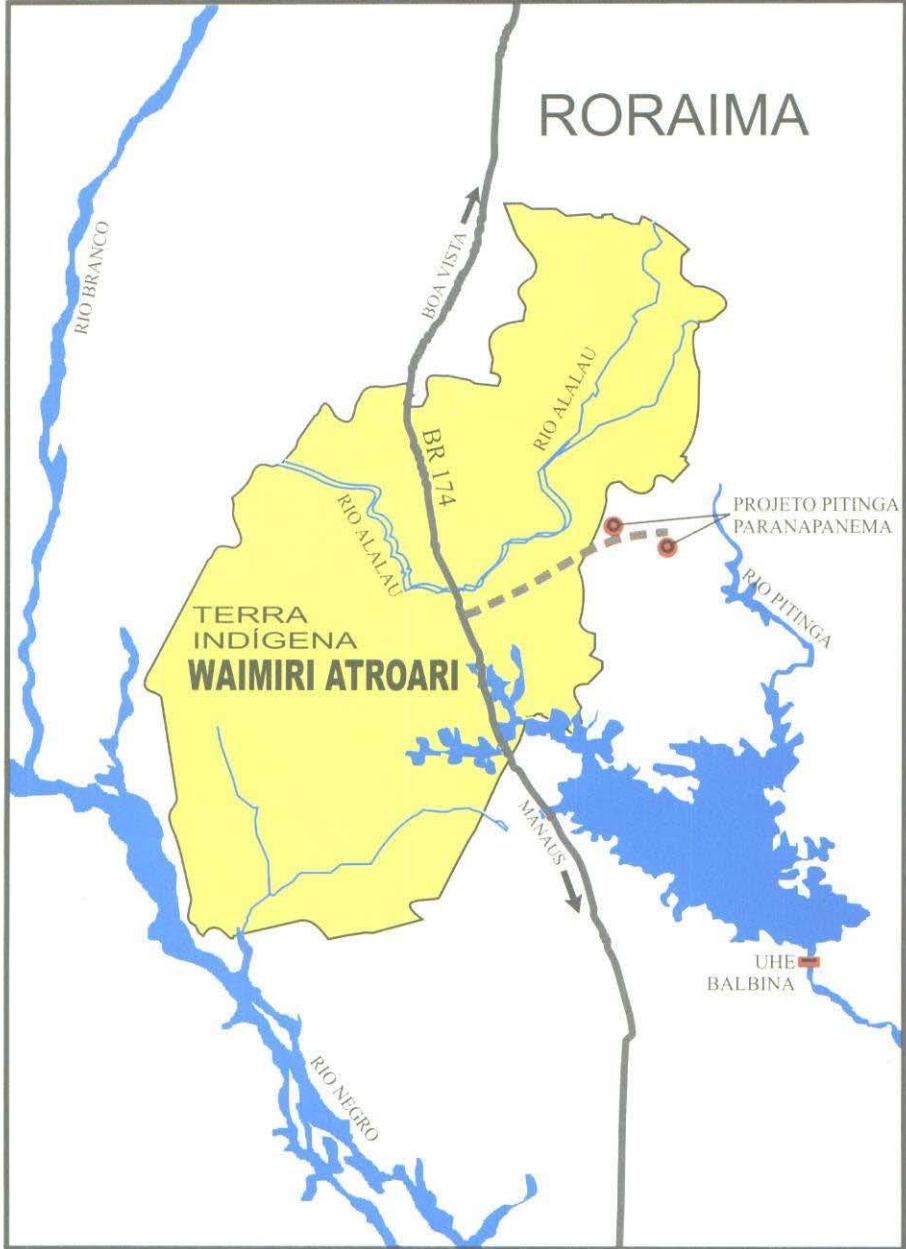


Dois dos episódios mais emblemáticos do contato atabalhoado que se passou a travar com os Waimiri Atroari, decorrente da pressão pela construção acelerada da rodovia BR 174 (que liga Manaus a Boa Vista), foi a morte de duas equipes que atuaram na tentativa de atrair os Waimiri Atroari: uma, a do padre e antropólogo Giovane Calleri, em 1968, a quem se incumbiu de consumir o contato com eles num período de três meses; a outra, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, chefiada pelo indigenista Gilberto Pinto Figueiredo, que tentara restabelecer a Frente de Atração, com o intuito de promover um contato sem aquela urgência, em meio a circunstâncias já por demais tumultuárias. Gilberto não tinha a intenção etnocêntrica de "integrar os índios à civilização"; antes, tinha por premissa o estabelecimento

de um convívio interétnico assentado no respeito mútuo, única maneira de orientar as coisas de modo a que o advento do domínio ocidental - dos pontos de vista econômico, social e tecnológico - não acarretasse conseqüências avassaladoras que fizessem tábua rasa da tradição da cultura autóctone, em face da modernidade histórica do capitalismo em expansão.

Três grandes empreendimentos estiveram na base desse processo: a rodovia BR 174, concluída, dentro da terra indígena, entre 1974 a 1977; a instalação do Projeto Pitinga (do grupo Paranapanema), de extração de cassiterita, como resultado de chicanas jurídico-administrativas, tramadas nas esferas do governo federal, que culminaram na esbulho da terra dos Waimiri Atroari em 526 mil ha, e na abertura, no interior dela, de uma estrada ilegal para o escoamento do minério extraído.

Por fim, houve a construção da hidrelétrica de Balbina (concluída em 1987), único empreendimento que teve a preocupação e o compromisso ético de procurar minimizar os impactos sócioambientais negativos que porventura viessem a afetar a comunidade Waimiri Atroari, em decorrência não só do reservatório de 30 mil ha construído na terra indígena, mas também de todo o contexto social, político e econômico envolvente com que ela passou a deparar.

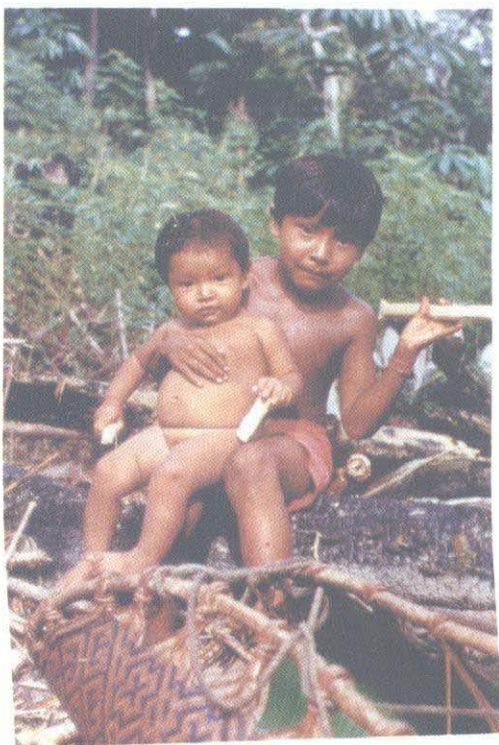


AS CONQUISTAS DOS WAIMIRI ATROARI

Nesse sentido, a primeira providência adotada foi a demarcação (em 1987), através de financiamento pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, de uma terra com superfície de 2.585.911,00 ha, de conformidade com a proposta delimitatória apresentada por estudos antropológicos realizados por grupo técnico constituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

A segunda foi a implantação do Programa Waimiri Atroari, em 1988, com ações múltiplas nas áreas de administração, saúde, educação, meio ambiente, apoio à produção, documentação e memória.

O objetivo pretendido foi o de que os Waimiri Atroari pudessem preservar dinamicamente sua autonomia cultural, a partir de uma inserção social em bases equilibradas, no contexto da sociedade nacional - o que, infelizmente, não ocorre com a maioria dos povos indígenas no Brasil.



O PROGRAMA WAIMIRI ATROARI UMA NOVA REALIDADE

Com o Programa Waimiri Atroari, a comunidade indígena passou a contar com a prestação de serviços de um quadro dinâmico de pessoal, cuja maior parte dos técnicos é sempre lotada em postos dotados da necessária infraestrutura para assistência direta às aldeias.



Decorridos 10 anos de execução do Programa, os Waimiri Atroari desfrutam hoje de melhores condições de vida, tanto se comparados com as demais etnias existentes no Brasil, quanto com a população não-índia dos interiores da Amazônia.

A demografia dos Waimiri Atroari, que, em 1987, contava em torno de 350 pessoas, atualmente está com 780 (agosto de 1998).



E (*mirabile dictu!*) seu índice de crescimento vegetativo, em 1997, foi de 5,75%, um dos maiores do mundo.

Toça a comunidade indígena desfruta de atendimento médico primário que lhe assegura uma cobertura vacinal de 100%; de serviço de vigilância epidemiológica no entorno de toda a sua terra; de controle de doenças preveníveis - como malária, infecções respiratórias agudas, diarreias, verminoses e dermatoses.

Procedimentos que propiciaram uma significativa diminuição do seu índice de mortalidade geral.

O número de suas aldeias aumentou para dezoito. Em nenhuma delas há registro de casos de alcoolismo nem de outras mazelas causadas por desajustes sociais.



O custo de manutenção de todo esse quadro de saúde é de apenas US\$ 200 per capita, ao ano.

Na área de educação, em 1997, houve entre os Waimiri Atroari um total de 449 alunos: 220 homens e 229 mulheres, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos, correspondendo a 63% de sua população. A faixa etária da maior parte dos alunos vai dos treze aos trinta anos, 20% já são alfabetizados, 52% estão em processo de alfabetização e 15% são semi-alfabetizados.

A construção das escolas obedecem padrões tradicionais de arquitetura, utilizando materiais extraídos da própria terra indígena. Os únicos materiais não produzidos na comunidade são o cimento, o mobiliário e o material escolar.

Todas as aldeias mantêm escolas funcionando com a participação de professores indígenas. Isso tem contribuído para uma maior eficiência das atividades didático-pedagógicas, além de ser um passo importante para a afirmação da autogestão Waimiri Atroari.

As escolas são bilingües e o calendário escolar obedece às práticas das atividades culturais da comunidade.

Do material didático utilizado faz parte um livro de alfabetização, produzido com a participação de professores indígenas. Um banco de dados é constantemente enriquecido com a gramática da língua nativa para a edição e atualização do material didático destinado a índios e não-índios.

A etnomatemática já é uma realidade no currículo escolar.

Há, também, um jornal redigido pelos próprios alunos, que circula em todas as aldeias, criando entre elas um intercâmbio informativo, educativo e cultural.

No ano de 1997, o governo federal e os dos estados do Amazonas e Roraima elegeram como uma de suas obras prioritárias (de infra-estrutura) a pavimentação da rodovia BR 174, depois de 19 anos que seu traçado inicial atravessou a terra Waimiri Atroari em 125 quilômetros.



Neste caso, a comunidade indígena se antecipou em elaborar um Plano de Proteção Ambiental e Vigilância Territorial. Este Plano visou atenuar os impactos sócioambientais que decorreriam do aumento do fluxo de veículos, bem como da maior complexidade no relacionamento ostensivo entre a população indígena e as pessoas não-índias, em trânsito constante pela região, cujo número aumentaria por causa da pavimentação da rodovia.

Trata-se de um fato incomum na história do contato entre “brancos” e povos indígenas no Brasil: os Waimiri Atroari exigiram diretamente dos governos referidos acima (antes do início das obras de pavimentação), os recursos financeiros necessários à implementação de medidas sócioambientais preventivas e mitigadoras.

Medidas estas, adotadas com o auxílio de técnicos do Programa Waimiri Atroari e de organizações indigenistas da sociedade civil, como o Instituto Sócioambiental (ISA) e a Documentação Indigenista e Ambiental (DIA).

Os trabalhos de vigilância territorial e ambiental, na terra Waimiri Atroari, têm apresentado resultados satisfatórios. Em seu interior não há nenhuma ocupação indevida por não-índios - seja de missionários, garimpeiros, madeireiros, caçadores ou pescadores.

Um fato que chama a atenção é a farta provisão de alimentos da comunidade indígena. Suas roças são cultivadas seguindo critérios tradicionais de manejo ecológico de solo e da hileia amazônica. O tamanho de suas áreas de cultivo pode chegar a até seis hectares, conforme o maior ou menor número de habitantes por aldeia.



Há nelas um cultivo variado de espécies agrícolas e de frutíferas tradicionais. De forma criteriosa, com a assessoria de técnicos do Programa, os Waimiri Atroari estão introduzindo algumas espécies novas, através de módulos de observação agroflorestal.

Estes módulos servem de crivo para testar a sua viabilidade ao ecossistema regional e sua adaptabilidade ao modo de vida da comunidade indígena.

Para o suprimento de proteína animal, baseado na caça e na pesca, os Waimiri Atroari estão diversificando e ampliando a criação de quelônios, patos, galinhas, ovelhas, carneiros e antas, além de um pequeno rebanho de cem cabeças de gado.

Desenvolvem também um projeto de piscicultura, mantendo um reservatório onde criam peixes de sua preferência alimentar - como o tambaqui, a matrinxã e a curimatã.



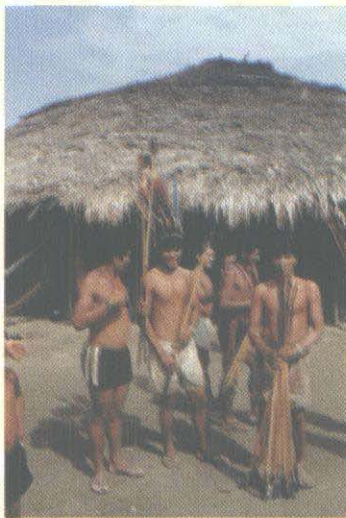
Seja pela exploração dos recursos naturais de sua terra, seja pelo incremento de projetos de manejo autóctone, ou mesmo, pela tecnologia da qual se apropriam, os Waimiri Atroari têm usufruído de um excelente quadro nutricional.

Toda essa sinergia de fatores se vê ilustrada num fenômeno que traduz a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Esse fenômeno é o *maryba* (pronunciado “marubá”), uma festa-ritual que cada aldeia habitualmente promove, convidando as demais a participarem. É também uma ocasião para se iniciarem crianças do sexo masculino, no ritual do *behé*, além de propiciar, durante os festejos, oportunidades de casamento para os jovens. Por estas razões, o *maryba* culmina num conagraçamento de afirmação da identidade étnica dos Waimiri Atroari.

Além de crianças, para o “rito de passagem” do *behé*, outra condição óbvia para um *maryba* é haver abundância de alimentos para todos os convivas, por um tempo que pode variar de três dias a uma semana.

Pode-se dizer que nestes períodos de sobressaltos no contato entre a sociedade envolvente e os Waimiri Atroari, nunca a população indígena realizou tantos *maryba*, com suas dezoito aldeias promovendo sucessivas e pródigas festas.





Os Waimiri Atoari seguem assim com determinação para se assenhoriar de seu destino, através do inelutável relacionamento que precisam manter com a sociedade brasileira não-índia, somando conquistas à sua história de povo que não capitulou, nem física nem culturalmente, apesar dos infortúnios que sofreu.

Eles têm hoje uma consciência lúcida e soberana de seus direitos, de seu lugar ao sol, de sua autogestão política e cultural, em defesa de sua cidadania étnica.

E nos dão a ver, com eminente presença de espírito, que políticas indigenistas devem se fundamentar no respeito às diversidades culturais; que terra indígena demarcada e regularizada (“boas cercas



fazem bons vizinhos”, disse o poeta Robert Frost), não é nenhum empecilho para o desenvolvimento do país; e que nenhum povo deve estar fadado à exclusão do bem comum, tendo como temos um potencial de grandeza de que todos poderemos generosamente usufruir, construindo de sol a sol o destino épico da multiétnica nação brasileira.

“É preciso arrancar alegria ao futuro.”

(Maiakóvski).



WAIMIRI

ATROARI

AMAZONAS - BRASIL

Texto:

Wagner de Oliveira (antropólogo)

Fotos:

Programa Waimiri Atroari - DIA

Gravuras:

Motivos da cestaria Waimiri Atroari



PROGRAMA WAIMIRI ATROARI
CONVÊNIO FUNAI/ELETRONORTE

pwa@internext.com.br
Telefone: (092) 236-1229
Fax: (092) 236-5375



Documentação Indigenista e Ambiental
dia@cr-df.rnp.br <www.cr-df.rnp.br/~dia>
Telefone/Fax: (061) 327-1307